



Secretaria Municipal de Educação

Processo Seletivo (edital 002/2006)

Caderno de Prova

Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e
Adultos na Rede Municipal de Ensino e Entidades Conveniadas

Séries Iniciais (9914)

Disciplina 2

Conhecimentos Específicos

Dia: 19 de novembro de 2006 • Horário de início: 8:30 h

Duração: 3 horas (para o candidato que optou por uma área/disciplina),
4 horas (para o candidato que optou por duas áreas/disciplinas),
incluído o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

Instruções

Para fazer a prova você usará:

- um **caderno de conhecimentos gerais**;
- um **caderno de conhecimentos específicos** para cada área/disciplina escolhida;
- uma **folha de redação**;
- um **cartão-resposta** que contém o seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura.

Confira o número que você obteve no ato da inscrição com o que está indicado no cartão-resposta.

Verifique, nos cadernos de provas, se faltam folhas, se a seqüência de questões, no total de 10 (dez) para cada caderno, está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade.

- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- Para cada questão são apresentadas 5 (cinco) alternativas diferentes de respostas (a, b, c, d, e). Apenas uma delas constitui a resposta correta em relação ao enunciado da questão.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Não destaque folhas da prova.

Ao terminar a prova, entregue ao fiscal os cadernos de provas completos, a folha de redação e o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.

O gabarito da prova será divulgado no site <http://pspmf.fepese.ufsc.br>

Conhecimentos Específicos

(10 questões)

21. Conforme Magda Soares (2001), na segunda metade dos anos 80, o Brasil passou a enfrentar uma nova realidade social em que não basta apenas ler e escrever. Surge então, entre os especialistas brasileiros das áreas de Educação e das Ciências Linguísticas, o termo letramento que designa:

- a. () o estado ou condição de quem sabe ler e escrever, sem contudo responder adequadamente às demandas sociais.
- b. (X) o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo que passam a fazer uso social da leitura e da escrita, envolvendo-se nas práticas sociais decorrentes dessa apropriação.
- c. () a mera aquisição da tecnologia do ler e escrever, sem a devida inserção nas práticas sociais de leitura e escrita.
- d. () a simples presença da habilidade de transcrever em linguagem escrita o sistema fonográfico, sem inseri-la nas práticas sociais de leitura e escrita.
- e. () aquele que apenas aprendeu a ler e a escrever, não aquele que adquiriu o estado ou a condição de quem se apropria da leitura e da escrita.

22. Conforme Leda Verdiani Tfouni(2000) o processo de difusão e adoção do sistema escrito pelas sociedades foi lento e sujeito a fatores político-econômicos. Levando isso em conta, pode-se dizer que:

- a. () os códigos escritos criados pelo homem, quer simbolizem diretamente os referentes concretos ou os sons da fala, são produtos neutros, expressando somente os códigos da escrita que operam nas sociedades.
- b. () os códigos escritos criados pelo homem expressam suas ações cotidianas que, por sua vez, são desvinculadas das condições político-econômicas.
- c. (X) os códigos escritos criados pelo homem, quer simbolizem diretamente os referentes concretos, ou os sons da fala, não são produtos neutros, mas, antes, expressam as relações de poder e dominação constituintes da sociedade.
- d. () os fatores político-econômicos influenciam a construção dos códigos da escrita, mas não operam ou expressam a constituição ideológica das sociedades.
- e. () as relações de poder e dominação presentes nas sociedades não repercutem na constituição dos elementos que configuram a escrita.

Conhecimentos Específicos

23. Os direitos educativos dos jovens e adultos estão assegurados no Capítulo III, Seção I – Da Educação da Constituição Federal, Artigo 208, inciso I, que garante a provisão pública de “*ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria*”. Em 2000, o Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer 11 e a Resolução 1 que fixaram Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, regulamentando alguns aspectos da LDB, dentre eles, a faixa etária de acesso deste grupo. Com relação a esse assunto, pode-se afirmar:

- a. () A qualidade da escolaridade é garantida pelas campanhas para jovens e adultos e não requer a continuidade de estudos em níveis mais elevados.
- b. () Esta Resolução delimitou a idade mínima para ingresso na educação de jovens e adultos aos 13 anos, para a etapa Fundamental do ensino, e aos 17, para o Ensino Médio.
- c. () Esta Resolução delimitou a idade mínima para ingresso na educação de jovens e adultos aos 14 anos, para a etapa Fundamental do ensino, e aos 16, para o Ensino Médio.
- d. (X) Esta Resolução delimitou a idade mínima para ingresso na educação de jovens e adultos aos 14 anos, para a etapa Fundamental do ensino, e aos 17, para o Ensino Médio.
- e. () A não inclusão desta faixa etária nos programas nacionais de renda mínima, livro didático, alimentação, transporte e saúde escolar não comprometerá o acesso deste grupo etário à educação.

24. Conforme Maira Clara Di Pierro (2003), o Cadastro das Instituições de Educação Superior organizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, dos 1.306 cursos de Pedagogia existentes no Brasil em 2003, apenas 16 deles ofereciam habilitação específica para a modalidade educação de jovens e adultos. Desse modo, pode-se considerar que:

- a. (X) em virtude da ausência de políticas que articulem organicamente a educação de jovens e adultos às redes públicas de ensino básico, não há carreira específica para educadores desta modalidade educativa. Como a formação específica é inexpressiva, a situação mais comum é que os docentes que atuam com os jovens e adultos sejam os mesmos do ensino regular.
- b. () independente da área de atuação dos profissionais da educação seu reconhecimento profissional, sua valorização social e sua formação acadêmica são somente responsabilidade do professor e ocorrem paralelamente às políticas educacionais vigentes.
- c. () as estatísticas nacionais registram a existência de quase 190 mil professores/as atuando na educação básica de jovens e adultos, sendo que todos tem formação superior;
- d. () essas informações expressam o numeroso contingente de educadores populares – mulheres, em sua esmagadora maioria – que com a devida habilitação acadêmica atuam voluntária ou profissionalmente em projetos desenvolvidos por igrejas, movimentos e organizações sociais diversas, sobre os quais os estudos disponíveis são escassos e pouco abrangentes
- e. () estes dados não impedem a formação de um corpo técnico especializado ou tão pouco dificultam a organização de projetos pedagógicos específicos para esta modalidade, mas antes ampliam e solidificam ações governamentais, possibilidades e resultados qualitativos para iniciativas de formação docente.

25. Quanto às vagas para os diferentes níveis do ensino público e conforme Maria Clara Di Pierro (2003) temos hoje para a primeira etapa do Ensino Fundamental o poder público municipal com 64,58%, enquanto os governos estaduais encarregam-se prioritariamente pela etapa final do Ensino Fundamental (57,51%) e pelo Ensino Médio (83,77%). Na Educação de Jovens e Adultos, 46,55% das matrículas estão sob a responsabilidade dos governos estaduais, enquanto os municípios respondem por 45% dos alunos inscritos nessa modalidade. Tendo como referências estes dados pode-se compreender que:

- a. () estes percentuais correspondem ao que é determinado pela legislação nacional no que diz respeito a oferta gratuita do ensino público e seu compartilhamento entre as esferas governamentais e particulares, dividindo com estes a responsabilidade pela Educação Infantil e pelo Ensino Fundamental e Médio.
- b. () estes percentuais correspondem ao que é determinado pela legislação nacional no que diz respeito a oferta gratuita do ensino público e seu compartilhamento entre as esferas de governo cobrindo a totalidade da demanda apresentada na Educação Infantil e no Ensino Fundamental e Médio.
- c. () estes percentuais correspondem em parte ao que é determinado pela legislação nacional no que diz respeito a oferta do ensino público e privado na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.
- d. () estes percentuais correspondem ao acelerado processo de municipalização ocorrido no País a partir de 2001, quando entrou em vigor o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF
- e. (X) estes percentuais correspondem ao que é determinado pela legislação nacional no que diz respeito a oferta gratuita do ensino público e seu compartilhamento entre as esferas de governo, atribuindo aos municípios a responsabilidade pela Educação Infantil e pelo Ensino Fundamental, e aos estados os encargos do Ensino Fundamental e Médio.

26. Conforme dados do IBGE em 2000, o analfabetismo absoluto atingia mais de 16 milhões de pessoas com mais de 15 anos (13,6% desse grupo etário). Na Região Nordeste este índice elevava-se para 26,2%, enquanto no Sul era de 7,7%. Nas zonas rurais do País, 29,8% dos jovens e adultos eram analfabetos absolutos, enquanto nas zonas urbanas o índice era de 10,2%. A zona rural nordestina registrava índice de analfabetismo absoluto de 42,6%, o maior do País. Frente a estes dados e conforme Di Pierro (2003)

- a. () é considerado analfabeto absoluto aquele que apenas aprendeu ler e escrever.
- b. (X) é considerado analfabeto absoluto a pessoa que não sabe ler e escrever um bilhete simples.
- c. () é considerado analfabeto absoluto aquele que responde às exigências de leitura e de escrita que a sociedade faz continuamente.
- d. () é considerado analfabeto absoluto aquele que aprendeu a ler e escrever um bilhete simples.
- e. () é considerado analfabeto absoluto aquele que tem capacidade de utilizar a leitura, a escrita e o cálculo para fazer frente às demandas de seu contexto social.

Considere o excerto abaixo, do conto *Casa Velha de Machado de Assis*, para responder as questões 17 e 18.

“A casa, cujo lugar e direção não é preciso dizer, tinha entre o povo o nome de Casa Velha, e era-o realmente: datava dos fins do outro século. Era uma edificação sólida e vasta, gosto severo, nua de adornos. Eu, desde criança, conhecia-lhe a parte exterior, a grande varanda da frente, os dois portões enormes, um especial às pessoas da família e às visitas, e outro destinado ao serviço, às cargas que iam e vinham, às seges, ao gado que saía a pastar. Além dessas duas entradas, havia, do lado oposto, onde ficava a capela, um caminho que dava acesso às pessoas da vizinhança, que ali iam ouvir missa aos domingos, ou rezar a ladainha aos sábados.”

Conhecimentos Específicos

27. Assinale a alternativa **correta**, de acordo com o excerto apresentado na página anterior.

- a. (X) Na linha 1, o termo cujo classifica-se como pronome relativo, tendo como antecedente o sintagma *a casa*.
- b. () Na oração **Era** *uma edificação sólida e vasta, gosto severo, nua de adornos*, o sujeito do termo em destaque é indeterminado.
- c. () Na linha 5, os termos às pessoas e às visitas exercem a função de adjunto adnominal do adjetivo *especial*.
- d. () Nas linhas 7 e 8, o sujeito do verbo havia é o sintagma *um caminho que dava acesso às pessoas da vizinhança*.
- e. () Na oração **que** *ali iam ouvir missa aos domingos ou rezar a ladainha aos sábados*, o termo em destaque pode ser substituído pelo pronome onde.

28. Assinale a alternativa **correta**, de acordo com o excerto apresentado na página anterior.

- a. () O substantivo *ladainha* não se acentua graficamente porque é uma palavra proparoxítona.
- b. () O substantivo *sege* significa uma espécie de animal.
- c. () Nas linhas 8 e 9, os termos *aos domingos* e *aos sábados* exercem a função de objeto indireto.
- d. (X) Em *um caminho que dava acesso às pessoas da vizinhança*, o termo em destaque exerce a função de sujeito.
- e. () Na oração *que saia a pastar*, o termo em destaque funciona como oração final reduzida de particípio.

29. Leia a frase abaixo:

“A alfabetização matemática poderia ajudar as pessoas a reorganizar suas visões sobre instituições, ações políticas e tradições”

Segundo esta frase de Ole Skovsmose (2001), a função do ensino de Matemática é:

- a. () Ensinar a técnica de fazer contas de maneira ágil.
- b. () Reproduzir a vida antiga, pois os mais velhos sabem fazer contas melhor do que as crianças de hoje.
- c. () Ajudar a formar organizações sociais e políticas
- d. () Formar crianças preparadas a fazer pesquisas inovadoras sobre as novas ciências exatas que estão se desenvolvendo no mundo contemporâneo.
- e. (X) Instrumentalizar o sujeito para que este compreenda como os números afetam seu cotidiano e poder posicionar-se e agir, usando estas ferramentas, de maneira autônoma e consciente no mundo.

30. Em seu livro "Educação Matemática Crítica - a questão da democracia" Ole Skovsmose (2001) escreve que "quando estão elaborando projetos os estudantes tem de trabalhar em grupo e para tornar seu trabalho um trabalho de pesquisa "real" eles devem ter seus espaços de trabalho, coletar material, receber supervisão, etc." Com isto o autor propõe:

- a. () A aprendizagem significativa se dá através da repetição de problemas e exercícios que visem fixar determinado conteúdo. Com isto o aluno aprende não se esquecendo mais como realizar determinado tipo de conta. Assim, este conteúdo adquire significado para este aluno.
- b. () O aprendizado significativo da matemática acontece quando o professor explica onde usar tal conteúdo, dando o seu significado. Posteriormente o professor dá alguns exemplos e então os alunos passam a reproduzir os exercício propostos.
- c. (X) Que a matemática é uma linguagem e que como tal deve ser compreendida considerando os espaços sociais cotidianos dos estudantes,ou seja, é preciso trazer para a sala de aula problemas reais, adequados a cada faixa etária e sobre eles desenvolver os conceitos e conteúdos escolares.
- d. () Que os alunos devem escolher livremente o que estudar e quando estudar. Não é preciso forçar, pois a matemática vai aparecer nos interesses dos alunos e eles mesmos irão construir o saber matemático.
- e. () Que os projetos de pesquisa são importantes para os educandos que chegam ao Ensino Superior, pois deste modo vão concluir seu processo de formação e um trabalho assim dá significado a toda a caminhada escolar destes sujeitos.



Secretaria Municipal de Educação

Rua Conselheiro Mafra, 656 • Centro

88010-300 • Florianópolis • SC

<http://www.pmf.sc.gov.br/educa>



FEPese • Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos

Campus Universitário • 88040-900 • UFSC • Florianópolis • SC

Fone/Fax: (48) 3233-0737

<http://www.fepese.ufsc.br>